

Publicidade



Com 5 Anos de Garantia

Peça já sua Proposta. Atendimento 100% Digital. Confira a Melhor Versão para Você.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

PEC Emergencial vai desobrigar gasto mínimo em educação e saúde

Os contrários à medida alertam para o risco ao financiamento do sistema de ensino, podendo até inviabilizar a implementação do Fundeb

Luiz Calçagno - Correio Braziliense
22/02/2021 17:04 - atualizado 22/02/2021 17:17

COMPARTILHE



Senador Rodrigo Pacheco diz que a mudança permitirá 'uma flexibilização dos gastos de acordo com cada ente federado' (foto: Ed Alves/CBD.A Press)

A proposta de emenda à Constituição 186/2019, também apelidada de PEC Emergencial, desvinculará os gastos do governo federal e de estados e municípios com saúde e educação. Assim, a PEC, que garantirá o auxílio emergencial, vai desobrigar governos de investirem um valor mínimo nesses dois setores.

Continua depois da publicidade

O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-RJ), se disse favorável à mudança. Os contrários à medida alertam para o risco ao financiamento do sistema de ensino, podendo até inviabilizar a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

LEIA MAIS

15:17 - 22/02/2021
Governo deve gastar R\$ 34,2 bilhões extras com nova rodada de auxílio, diz IFL

12:13 - 22/02/2021
Bolsonaro: é possível reduzir em ao menos 10% preço de combustíveis sem 'canetada'

12:03 - 22/02/2021
Bolsonaro critica ex-presidente da Petrobras: "Sem trabalhar há 11 meses"

A intenção de Pacheco é levar o texto ao plenário nesta quinta (25/2) e tentar uma quebra de interstício para votá-lo em segundo turno em seguida.

"Sou simpático à ideia de termos um orçamento que permita a um gestor público, dentro de um mínimo unificado de educação e saúde, destinar verba para educação e saúde a depender da necessidade do ente federado, no caso concreto. A desvinculação, a partir desses critérios, preservando investimento em educação e saúde, pode ser um caminho de meio-termo interessante, permitindo uma flexibilização dos gastos de acordo com cada ente federado", justificou o parlamentar.

A PEC tem um dispositivo de calamidade pública para liberar o governo a pagar o auxílio aos mais necessitados fora do teto. Mas, caberá ao Executivo decidir e criar um projeto de lei com o cronograma e os gastos do pagamento.

"O auxílio terá que ser por PL ou iniciativa do governo para legitimá-lo. O que fazemos na PEC é estabelecer esse protocolo fiscal de responsabilidade para termos recurso para isso", reforçou Pacheco.

O relator da PEC, senador Marcio Bittar (MDB-AC) acredita que o pagamento virá em quatro parcelas de R\$ 250 a R\$ 300.

O relatório foi disponibilizado aos líderes partidários nesta segunda (22/2) e será encaminhado para as bancadas do Senado.

Para Pacheco, o tema deve ser o primeiro a ser apreciado. Ele manteve o cronograma de aprovar o texto para que os pagamentos comecem em março.

"E nesta semana, que temos uma pauta muito recheada de projetos, amanhã (23), quarta e quinta, incluímos esse como prioridade, que é uma PEC importante para se estabelecer a possibilidade jurídica de auxílio compatibilizando a responsabilidade fiscal. Nossa expectativa é que no cronograma de início de março tenhamos a viabilização para o auxílio emergencial da forma que a equipe econômica vai conceber em termos de valores e prazo de duração. Mas esse protocolo fiscal coloca a serviço da responsabilidade fiscal e viabilização do auxílio, estamos cuidando da nossa parte no Congresso, primeiro no Senado e depois na Câmara, para que possa ser viabilizado", explicou Pacheco.

O senador ressaltou que há consenso sobre a necessidade do auxílio, mas admitiu haver pontos de discordância na PEC. Destacou que se o governo passar por dificuldade financeira, poderá pedir crédito suplementar, por exemplo.

"O auxílio emergencial é absolutamente necessário. Já foi precificado pelo mercado, as pessoas já consideram que é uma realidade e vamos precisar implantá-lo. Estamos fazendo uma contrapartida que não é uma condição, mas uma demonstração do caráter de responsabilidade fiscal do Congresso com o país. E o mais importante dessa PEC será essa possibilidade, através da cláusula de calamidade pública, permitir que o auxílio seja implementado", disse.

Entidades protestam

Em nota, o **Todos Pela Educação** alertou para os riscos de desvincular a verba do setor.

"A PEC revoga trechos do artigo 212 da Constituição Federal que extinguem a subvinculação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino para União, estados e municípios (Inciso IV do Art. 4º da PEC)", alerta a organização da sociedade civil.

"Tal medida muda completamente o contexto orçamentário da educação brasileira. A desvinculação, além de potencialmente levar a uma redução substancial dos gastos públicos com educação, inviabilizará a implementação do Fundeb, mecanismo de redistribuição dos recursos vinculados à educação", afirma o texto.

O grupo avisou, ainda, que a desvinculação está sendo proposta de forma oportunista, aproveitando-se do contexto da pandemia do novo **coronavírus**.

"Importante lembrar que a Emenda Constitucional 108, aprovada de forma quase unânime no Congresso Nacional em 2020, tornou o Fundeb mais justo e eficiente na distribuição dos recursos educacionais. (...) Os recursos da educação precisam ser protegidos das pressões de curto-prazo e do populismo. Uma demonstração do risco iminente é justamente a execução orçamentária e repasses da União, cada vez menores e inconstantes na atual gestão federal", encerra o texto que foi divulgado nas redes sociais.

Tags: #educação #saúde #gastos #pec #auxilio emergencial

RECEBA NOSSA NEWSLETTER
Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

DIGITE SEU E-MAIL

RECEBER

COMPARTILHE

LEIA O COMENTÁRIOS

*PARA COMENTAR, FAÇA SEU LOGIN OU ASSINE

Os comentários são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do Estado de Minas.

Leia 0 comentários

Assine o Estado de Minas para comentar

ENTRAR
EMAIL/MATRÍCULA

Publicidade

Tiggo 8 Turbo GDI

Compre seu Tiggo 8 Com Recompra Garantida. Parcelas Reduzidas e Seguro por Nossa Conta

ENTRADA de R\$ 1.837 - PARCELA FINAL 100% SEGURO TOTAL POR MENOS DE R\$ 100

CAOA Chery

Abrir >

MAIS NOTÍCIAS



17:51 - 23/02/2021 - Compartilhe
COVID-19: Minas tem seis casos da variante do Amazonas; saiba onde



18:38 - 23/02/2021 - Compartilhe
Chuva forte em BH: confira a previsão do tempo para os próximos dias



18:52 - 23/02/2021 - Compartilhe
Kalil tem reunião marcada em BH com Haddad e cúpula do PT



15:23 - 05/07/2016 - Compartilhe
Assembleia aprova reforma administrativa do governo de MG com redução de 19 mil cargos



15:10 - 05/07/2016 - Compartilhe
Acusado de usar retroscavadeira em sítio particular, prefeito de Desterro de Entre Rios é cassado



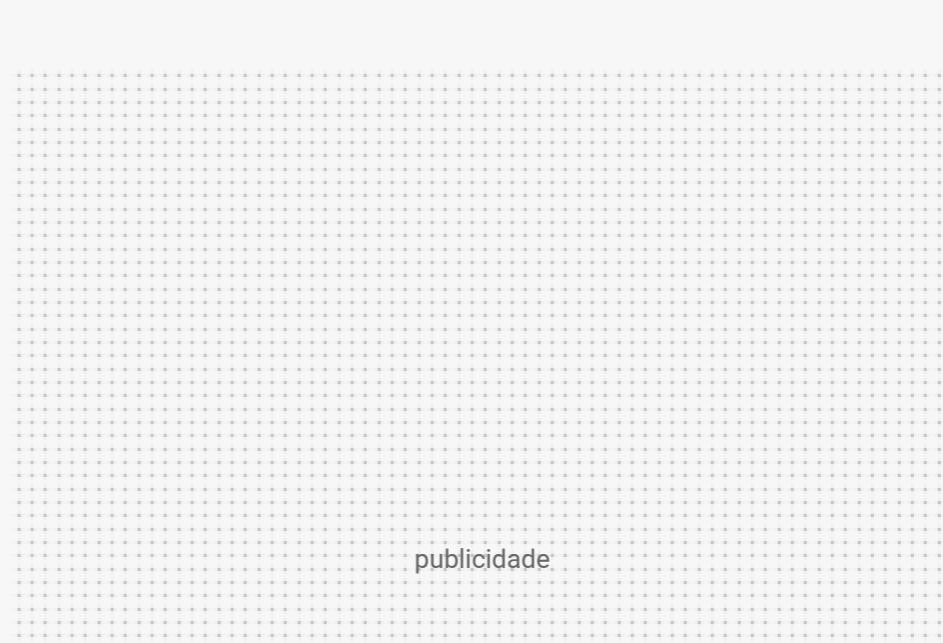
14:27 - 05/07/2016 - Compartilhe
Deputados adiam votação de regulamentação dos jogos de azar



11:06 - 05/07/2016 - Compartilhe
Relator mantém suspense sobre cassação do mandato de Eduardo Cunha



10:19 - 05/07/2016 - Compartilhe
Tribunal não é obrigado a prender condenado em 2ª instância, diz decano do STF



Publicidade

- Notícias
- Genais
 - Política
 - Economia
 - Nacional
 - Internacional
 - Coronavírus
 - Saúde
 - Colunistas
 - Cultura
 - Educação
 - Tecnologia

- Especiais
- Portal Uai
 - TV Alterosa
 - A Voz do Consumidor
 - Além do Fato
 - Blima Bracher
 - Bola pra Frente
 - Defato Online
 - Drags de Jogos
 - Fashionistando
 - Interesse de Minas
 - La Notícia
 - Mais Educação
 - Mundo Ela
 - Neo Radar
 - Pão e Cerveja
 - Territórios Gastronômicos
 - Última Marcha
 - Viva Infoma
 - Yoo Life Style
 - Blogs

- Mais Seções
- Regiões de Minas
 - Agropecuário
 - Opinião
 - Ciência
 - #PRAENTENDER
 - Podcast
 - Sabores de Minas
 - Divirta-se
 - Especiais
 - Emprego
 - Pensar
 - Classificados
 - Superesportes
 - Entretenimento
 - Charges
 - Vrum
 - Turismo
 - Espaço do Leitor
 - Capa do Dia
 - Conteúdo Patrocinado

- Outros
- CorreioWeb
 - Correio Braziliense
 - Eu, estudante

CAPA DO DIA

Assine